

“Kit Escola Sem Homofobia” e Discursos Políticos: quando representações sociais se tornam ideológicas

“School without Homophobia Kit” and Public Discourses: When social representation becomes ideological

Adriane Roso

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
psicosocial.ufsm@gmail.com

Moises Romanini

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
moisesromanini@unisc.br

Ana Carolina Cadermatori

Faculdades Integradas de Santa Maria – FISMA
accademartori@terra.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar e analisar discursos de diferentes atores políticos proferidos sobre o “Kit Escola Sem Homofobia”, atentando para as estratégias ideológicas presentes nesses discursos. Especificamente analisaremos aqueles discursos veiculados em três vídeos: (a) o primeiro dá evidência ao discurso de um Deputado Federal, (b) o segundo é uma entrevista com Dilma Rousseff (Presidenta do Brasil, 2011-2016) quando ela anuncia seu veto ao Kit e (c) o último enfatiza a “vitória” de grupos religiosos na Câmara dos Deputados. Os vídeos foram interpretados a partir dos Estudos sobre Ideologia e em alguns autores da Teoria das Representações Sociais. A análise coloca em evidência que os discursos dos atores políticos envolvidos apresentam uma série de estratégias ideológicas, tais como legitimação, universalização, deslocamento e naturalização. Essas estratégias podem contribuir para reforçar representações hegemônicas negativas acerca da homossexualidade, o que, por sua vez, gera discriminação homofóbica, sustentando relações de dominação no campo das sexualidades.

Palavras-Chave: Representações sociais. Ideologia. Homofobia. Escola. Psicologia Política.

Abstract

The aim of this article is to identify and analyze discourses of different political actors on the School Without Homophobia Kit" (*Kit Escola Sem Homofobia*), considering the ideological strategies present in these discourses. Specifically, we will analyze those discourses conveyed in three videos: (a) the first gives evidence to the discourse of a Federal Deputy, (b) the second is an interview with Dilma Rousseff (President of Brazil, 2011-2016) when she announces her veto to the Kit and (c) the latter emphasizes the "victory" of religious groups in the House of Representatives. The videos were interpreted within Studies on Ideology and in some author from the Theory of Social Representations. The analysis shows that the discourses of the political actors involved present a series of ideological strategies, as legitimation, universalization, displacement and naturalization. These strategies can contribute to reinforce negative hegemonic representations about homosexuality, which, in turn, generates homophobic discrimination, sustaining relations of domination in the field of sexualities.

KeyWords: Social Representation; Ideology; Homophobia. School. Political Psychology

I ntrodução

Desde Althusser (1971/1985), com sua clássica obra “Os aparelhos ideológicos do estado”, a escola tem sido compreendida como um espaço produtor de ideologia. Para o autor, a escola consiste num dos aparelhos do Estado que constrói e reforça as relações de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora, reproduzindo, portanto, as relações de exploração. Na visão de Guareschi (2000), para Althusser, a ideologia seria tanto a cosmovisões das pessoas (sentido positivo da ideologia) como seria constituída pelas ideias distorcidas, enganadoras, mistificadoras que ajudam a obscurecer a realidade e a enganar as pessoas expressando interesses dominantes e como que sustentando relações de dominação (sentido negativo).

Certamente, de Althusser para cá, as escolas sofreram muitas mudanças, não apenas em termos tecnológicos e estruturais, como, também, nos modos como a população dá sentido a elas, isto é, as representações sobre o que é, como faz (e deve fazer) uma escola também se modificaram paralelamente às mudanças políticas, sociais e econômicas. Os novos movimentos sociais que reivindicam maior autonomia no que se refere à expressão da sexualidade e desejos afetivos e eróticos têm papel fundamental nestas modificações: se as pessoas agora podem, são incentivadas e empoderadas para viverem livremente sua sexualidade, o espaço das escolas não escapa a essas reivindicações.

Ainda que as escolas sejam dispositivos que historicamente perpetuam discursos tradicionais, sobre a sexualidade, regulando, normatizando, instaurando saberes e produzindo “verdades” sobre o sexo e a sexualidade, elas também fazem circular representações sociais. Por isso, entendemos as escolas como portas de entrada para novos discursos, agenciando a movimentação das representações sociais. E é justamente a dinamicidade das representações, lançada pela diversidade de discursos, que pode semear transformações nas instituições.

A partir dessa concepção, podemos entender a escola como um espaço que reforça e constrói representações sociais sobre as pessoas e sobre o mundo por meio dos discursos educativos, via professores, gestores, pais e estudantes. O que se faz, se diz, se pensa dentro de uma escola é basilar para a constituição das representações sociais e vice-versa. Mas, para além disso, o que é dito fora do campo-escola também incide nas escolas, nos professores, nos alunos, já que um conjunto de representações sociais diversas

(representações sociais da família, da sexualidade, da criança, do adolescente, etc) co-produzem este mesmo campo. Sob esse aspecto, os discursos políticos, ou melhor, de atores políticos que se inscrevem em temáticas relativas ao campo-escola, têm lugar importante. Quer dizer, para compreendermos o campo da educação é imprescindível dirigirmos nosso olhar para o campo político e assumir a miríade de relações exo-grupais com as quais a escola se constitui.

As representações sociais são visões de mundo que orientam as práticas humanas. De acordo com Moscovici (2012), elas são o conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária, no curso das interações sociais. Possibilitam as pessoas apreenderem a realidade social e o mundo que as rodeia, dando-lhes um sentido e uma explicação estáveis. Facilitam (ou dificultam) a comunicação social entre pessoas e membros de um grupo, equipando-os de um código e sistema classificatório comuns para tratar as informações sobre outros sujeitos e objetos, estranhos ou pertencentes a outros ambientes socioculturais.

Todavia, as representações sociais não carregam, necessariamente, uma dimensão negativa ou pejorativa. Apesar de poderem ter tal conotação e de, talvez, na maioria das vezes, poder-se descobrir, implícita numa representação social, modos e estratégias de criação ou reprodução de relações assimétricas (GUARESCHI, 2000, p.43). Acreditamos que a teoria das Representações Sociais pode ser complementada pelos Estudos da Ideologia.

Partindo da assertiva de investigação (“hipótese”) de que a escola é um dos aparatos ideológicos do Estado que, ao somar-se a outros discursos, também engendra representações sociais sobre sexualidades, família e outras representações tomamos como objetivo geral para esse estudo identificar e analisar discursos de diferentes atores políticos proferidos sobre o “Kit Escola Sem Homofobia”, atentando para as estratégias ideológicas presentes nesses discursos. Dessa forma, o objeto de estudo são os discursos dos atores políticos enunciadores relativos ao Kit, pronunciados nos três vídeos em questão, a saber: (a) o primeiro dá evidência ao discurso de um Deputado Federal, (b) o segundo é uma entrevista com Dilma Rousseff (Presidenta do Brasil, 2011-2016) quando ela anuncia seu veto ao Kit e (c) o último enfatiza a “vitória” de grupos religiosos na Câmara dos Deputados. Entende-se que nos pronunciamentos relativos ao Kit poderão circular diversas representações sociais, incluindo as relativas à homossexualidade, à família entre outras, que vão gerar práticas como homofobia.

A tentativa de inserir o “Kit anti-homofobia” (ABGLT et al., 2011), representou uma ação ousada em nossa sociedade. O Kit foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O material se destina à formação dos/das professores(as) em geral, dando a eles subsídios para trabalharem os temas no ensino médio. Trata-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que visam à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para o convívio democrático com a diferença. O Kit é composto de um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e cartas de apresentação para o/a gestor(a) e para o/a educador(a) (BRASIL, s.d).

Atores governamentais, instituições religiosas e grupos diversos se posicionaram publicamente sobre o Kit. Em 2011, a Presidente Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto criticou o Kit Escola sem Homofobia e suspendeu o Kit. Todavia, quando não se permite a entrada de novos discursos no campo social, corremos o risco de cercear e barrar a dinamicidade das representações sociais. A tentativa de colocar o Kit nas escolas brasileiras revela a problemática da homofobia de um modo bem acentuado. Percebe-se que a polêmica causada pelo Kit deriva de certas representações hegemônicas - representações fortemente compartilhadas por todos os membros de um grupo e que reverberam nas práticas afetivas e simbólicas, nas interações sociais. Representações hegemônicas, dentro da Teoria das Representações sociais, são

são equivalentes ao conceito de representações coletivas definido por Durkheim (1989) e designam as formas de conhecimento e significados largamente partilhados por um grupo fortemente estruturado. Essas representações são, segundo Vala (1997; 2006), uniformes, indiscutíveis e coercitivas, pode-se supor que têm o seu ponto de ancoragem, sobretudo, nas crenças e nos valores largamente difundidos e referem à natureza do ser humano e à natureza da ordem social. (BRAGA, 2011, p.59).

Assim, considerando que as representações sociais são complexas e difíceis de serem compreendidas durante seu processo, sua movimentação, e que elas podem ter um caráter ideológico, quer dizer, estar a serviço das relações de dominação, reforçando, sustentando ou criando violências, buscaremos observar as possíveis estratégias ideológicas presentes em três vídeos que circularam na grande mídia.

O caráter ideológico da escola e dos discursos que a constituem são melhor compreendidos a partir da noção de ideologia desenvolvida pelo sociólogo John Thompson (2007), pois apesar da concepção de ideologia de Althusser servir para colocar a escola em um território analítico importante e ainda manter-se “atual no campo do pensamento crítico, não somente no que concerne aos aspectos reprodutores, mas também transformadores das relações de poder”, ela tem carências e foi muito criticada por diversos autores, como já foi assinalado por Motta e Serra: “Uma das críticas mais frequentes é a acusação de que a teoria dos AIE seria de teor funcionalista e formalista, sobretudo pela pouca ênfase dada sobre a luta de classes” (MOTTA; SERRA, 2014, p.132).

A concepção crítica e dinâmica de John Thompson nos brinda com uma perspectiva que contribui imensamente para refletir sobre como as escolas assumem esse lugar ideológico na atualidade e como as representações sociais podem estar a serviço da dominação. Ideologia refere-se às “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2007, p.79). Deste modo, o movimento de interpretação da ideologia consiste em explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar (THOMPSON, 2007). A interpretação da ideologia assume, então, uma dupla tarefa: a explicação criativa do significado e a demonstração sintética de como esse significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Na tentativa de responder de que maneira o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação, Thompson (2007) identifica certos modos de operações gerais da ideologia e indica algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica. Thompson (2007) nos alerta que essas estratégias de construção simbólica não são ideológicas em si mesmas: se o sentido gerado ou difundido pelas formas simbólicas serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação, é uma questão que deve ser respondida somente pelo exame dos contextos nos quais elas são produzidas e recebidas; dos mecanismos específicos através dos quais elas são transmitidas dos produtores para os receptores; e do sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as produzem e as recebem.

Método

A pesquisa tem um delineamento qualitativo interpretativo¹, porque considera que os fenômenos sociais sempre têm facetas nem sempre visíveis ou óbvias. Exige, portanto, um olhar crítico analítico capaz de reconhecer as limitações dos pesquisadores em encontrar respostas às suas perguntas. Trata-se de uma abordagem exploratória, porque visa “reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas” (RAUPP; BEUREN, 2006, p.81) e documental - levantamento de documentos de domínio público, não envolvendo diretamente pesquisa em seres humanos, ou seja, os discursos analisados já estavam disponíveis, sem restrição, ao público em geral que tem acesso à mídia aberta. Enquanto documental, conta com material audiovisual que ainda não recebeu tratamento analítico (GIL, 2008), ou pelo menos não no viés aqui desenvolvido.

Como o tema do “Kit Escola Sem Homofobia” foi amplamente abordado nas mídias (rádio, jornal, televisão e internet), delimitamos nossa pesquisa à mídia *internet*, mais especificamente, aos vídeos disponibilizados *online* no site *YouTube*. Definimos intencionalmente nosso *corpus* de análise, considerando as polêmicas geradas em torno dos mesmos: 1) o vídeo em que o Deputado Federal Jair Bolsonaro (mandato de 1991 à atualidade), atualmente no Partido Progressista (PP-RJ), faz seu pronunciamento na Câmara dos Deputados. Nesse vídeo, gravado e divulgado pela TV Câmara, o deputado denuncia o que ele chama de “escândalo do Kit Gay” (TV CÂMERA, 2010) e é este vídeo que é recomendado em um e-mail enviado pelo Movimento Sentinela, o qual abordaremos na sequência do texto; 2) o vídeo da entrevista em que a Presidente Dilma Rousseff anuncia o veto ao “Kit Escola Sem Homofobia”; e 3) por fim, o vídeo que apresenta, novamente, o discurso do deputado supracitado, mas nesse momento o discurso é sobre a “vitória” das bancadas católica e evangélica da Câmara, bem como dos parlamentares que se preocupam com “os bons costumes”, segundo informações colhidas a partir da internet.

Acreditamos que esses três momentos são emblemáticos e podem nos oferecer um panorama geral para discutirmos as estratégias ideológicas presentes nos referidos discursos. Para tal, os discursos veiculados nos vídeos foram transcritos e lidos diversas

¹ A pesquisa insere-se em um projeto maior intitulado “VIDAS PRECÁRIAS NO CIBERMUNDO. Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos” (Registrado no gabinete de Projetos do centro de Ciências Sociais e Humanas da universidade Federal de Santa Maria sob o número 046983), que visa estudar as violências cotidianas e suas relações com os sistemas hierárquicos (de gênero, geracional e de conjunto arbitrário).

vezes com o intuito de identificar e analisar as estratégias ideológicas presentes nos discursos.

O método de análise consistiu numa síntese e combinação das três fases da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (2007). Buscamos realizar uma análise sócio-histórica, contextualizando a problemática e salientando o tempo histórico e contexto da polêmica do Kit. Durante a análise, apresentamos o conteúdo dos discursos (análise formal ou discursiva) juntamente com a análise sócio-histórica, entendendo que as fases propostas pelo autor “devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (p.365). Assim, dividimos a análise em três momentos analisados: a denúncia do “escândalo do Kit gay”; o veto da presidente e a proibição de “fazer propaganda de opções sexuais”; e a vitória dos católicos e evangélicos e a naturalização do dispositivo da sexualidade. Demonstraremos que os discursos analisados estão impregnados de estratégias ideológicas (e.g.: legitimação, universalização, deslocamento, padronização, entre outros), sendo que a naturalização subjaz os três momentos.

A interpretação baseou-se nos Estudos de Ideologia no sentido crítico (THOMPSON, 2007) e em alguns autores do campo da Teoria das Representações Sociais (e.g., MOSCOVICI, 2012; GUARESCHI, 2000). Ambas as perspectivas teóricas colocam em foco os processos de comunicação. A primeira tende a focar na comunicação entre sujeitos e a segunda na comunicação midiática. Ambas entendem que a comunicação é o motor das relações sociais e institucionais.

No processo de análise dos documentos buscamos observar o conteúdo geral, contextualizando-o em determinado tempo e contexto, mas igualmente tratamos de considerar “eventuais fragmentos, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.8) não-familiares. Como salientaram Sá-Silva e colegas (2009), é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. Torna-se essencial saber compor com cautela e avaliar com olhar crítico as fontes documentais, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação.

Contextualizando a Problemática: Tempo e Contexto da Polêmica do Kit

“Formas simbólicas não subsistem num vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas” (THOMPSON, 2007, p.366). A

proibição da circulação do Kit pela Presidenta Dilma Rousseff é fruto de um contexto discursivo que possibilitou essa ação.

Em meados do ano de 2011, muitas pessoas receberam em seus endereços eletrônicos (e-mail) uma mensagem cujo assunto era “*Movimento Sentinela (112) Abaixo-assinado (contra o tal KIT GAY)*”. Ao abrir a mensagem, lia-se o seguinte texto: “Meus amigos, acabei de ler e assinar este abaixo-assinado online: ‘Somos contra o maior escândalo deste País: O KIT GAY nas escolas, para as crianças ‘aprenderem’ sobre educação sexual’”.

Logo abaixo do texto, encontramos dois links, um que é direcionado para um vídeo de uma Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados, no qual o Deputado Federal Jair Bolsonaro torna público o escândalo denominado pelo mesmo de “tal Kit Gay” e o outro direciona o internauta ao site de Petição Pública². O referido abaixo-assinado, que conta com mais de 38 mil assinaturas (em 20 nov. 2017) é destinado à Presidente da República Federativa do Brasil, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e às Assembléias Legislativas. O texto de apresentação do abaixo-assinado segue afirmando que:

Somos contra³ o maior **escândalo** desse País, o KIT GAY. **Não aceitamos** que nossas crianças de 7, 8, 9 e 10 anos recebam esse **tal de KIT GAY**. Neste Kit Gay há 2 vídeos com o Título Contra homofobia, mas na verdade nesses vídeos contém **mensagens subliminares** para as nossas crianças, **induzindo-as** a homossexualidade. Uma coisa é preconceito... Outra coisa é **fazer apologia** ao homossexualismo!!! (MOVIMENTO SENTINELA, 2011, s/p.)⁴

A função desse discurso é revelar o ponto de vista do locutor, no caso do próprio deputado que assina a petição. As expressões “Somos contra”, “Não aceitamos”, embora situe-se na primeira pessoa do plural, são elocutivas, isto é, ao tomar a fala do Movimento Sentinela, o locutor enuncia seu ponto de vista sobre a homossexualidade, sem que o interlocutor (supostamente os homossexuais) esteja implicado nessa tomada de posição.

Qual o resultado disso? A enunciação tem como efeito modalizar subjetivamente a verdade da petição, revelando o ponto de vista interno do sujeito falante. Ao invés do deputado assumir a responsabilidade pelo seu ponto de vista, mescla-se e esconde-se no

² O vídeo com o discurso do Deputado Federal Jair Bolsonaro encontra-se disponível em http://www.youtube.com/watch?v=ONfPCxKdGT4&feature=player_embedded. O link <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=PROL> apresenta o referido abaixo-assinado contra o “Kit Gay”.

³ As palavras em negrito foram destacadas por nós nesse artigo com o intuito de chamar a atenção dos leitores para determinados aspectos dos discursos que podem ser indicativos de representações sociais e/ou ideologia.

⁴ Todas as expressões assinaladas em negrito são de nossa responsabilidade. Utilizamos esse recurso para destacar elementos discursivos que dirigiam nossa análise discursiva.

discurso de um outro – o movimento Sentinela. Ganha, assim, força seu discurso porque não é ele (sujeito-indivíduo) que pensa assim, mas um coletivo, um movimento (veja CHARADEAU, 2009, p.83).

Após apresentar um breve resumo dos dois vídeos citados, o texto do abaixo-assinado encerra com a seguinte frase: “Essa comissão de Direitos Humanos e Minorias quer nos colocar o escárnio da sociedade. Eles querem aliciar nossas crianças com esse KIT GAY”⁵ (PETIÇÃO PÚBLICA, s.d, s.p.). O responsável pelo envio das mensagens eletrônicas e pela criação desse abaixo-assinado é o denominado “Movimento Sentinela”.

A palavra sentinela tem diversos significados, tais como “soldado armado que guarda um posto”, “Indivíduo isolado, vigiando”, “Ato de guardar, vigiar; vigia: estar de sentinela” (FERREIRA, 2008). O Movimento Sentinela, por sua vez, apresenta-se como um grupo cujo objetivo é “difundir entre membros o que há de mais recente no noticiário que venha contra e a favor aos princípios da nossa fé, sendo ela na política, nos meios de comunicação e de pessoas influentes na sociedade” (MOVIMENTO SENTINELA, 2011, s/p.). Se associarmos o significado da palavra sentinela aos objetivos do grupo, poderemos inferir que por traz do movimento online, composto por 20 membros, há pessoas que agem como “soldados armados” *pela e a favor* da fé, vigiando e propondo uma “cruzada sagrada” contra o “Kit Gay”.

O fato é que, após muita polêmica, o material a ser distribuído em seis mil escolas do Brasil, ideologicamente denominado como “Kit Gay”, já que o projeto tem como título “Escola Sem Homofobia”, foi vetado pela Presidente da República Dilma Rousseff. Ao se referir ao veto declarado pela própria presidente em uma entrevista, o Deputado Federal Jair Bolsonaro, em uma Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados ocorrida em maio de 2011, cumprimenta Dilma Rousseff pela decisão, “que pese a nossa distância ideológica, em especial por um passado próximo (...)” (TV CÂMARA, 2011).

- **1º Momento: A denúncia do “escândalo do KIT GAY”**

O primeiro momento refere-se a uma Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 30 de novembro de 2010. A sessão citada foi veiculada pela TV Câmara e, posteriormente, postada como vídeo no site YouTube, e foi intitulada pela

⁵ A transcrição apresentada nesse trabalho é fiel ao texto original, sem correções.

pessoa que o postou como “Alerta aos Pais de Alunos de Escolas Públicas: MEC distribui Cartilha e Kit-Gay à Rede Pública”⁶.

O ator principal do vídeo é o Deputado Jair Messias Bolsonaro, exercendo a função de Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro desde 1991, com fim do último mandato previsto para 2019. Tem como profissões a de Militar e Professor de Educação Física. Integrou diversos partidos: PDC, 1989-1993; PP, 1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PTB, 2003-2005; PFL, 2005; PP, 2005-2016; PSC, 2016⁷.

O Deputado Jair Bolsonaro inicia seu discurso ressaltando sua experiência de “20 anos de congresso” e afirmando que quer tratar de um assunto que é o “maior escândalo” que ele já tomou conhecimento. Ressalta ainda que não se trata de corrupção, já que esse é um “tema corriqueiro aí nesse governo” (TV CÂMARA, 2010). Já no início do discurso podemos observar um modo geral de operação da ideologia denominado de legitimação (THOMPSON, 2007).

Por meio da legitimação, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem apresentadas como legítimas, como justas e dignas de apoio (THOMPSON, 2007). Jair Bolsonaro, Deputado Federal eleito como representante de um dos maiores colégios eleitorais do Brasil (o Estado do Rio de Janeiro), fala de um lugar privilegiado. Além disso, o fato de ele anunciar que tem “20 anos de congresso” já confere legitimidade ao seu discurso, o que facilita a adesão de apoiadores (seu discurso é justo e digno de apoio).

A comparação entre o “maior escândalo” que ele já tomou conhecimento e a corrupção presente nesse discurso nos remete à estratégia ideológica denominada universalização, uma das estratégias típicas da legitimação. Através da universalização, “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (THOMPSON, 2007, p.83). Ou seja, ao apresentar o “Kit-Gay” como o “maior escândalo” do país e ainda associá-lo à corrupção, o Deputado Jair Bolsonaro apresenta o fato como um problema de todos, quando na verdade se trata de um problema às bancadas católica e evangélica da Câmara.

Na sequência do discurso, Bolsonaro fala de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Educação:

A ga... a **galera**, a **platéia composta de: 100%** gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. **Essa turma toda reunida** tomaram decisões que esta casa

⁶ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=S63PIEIHdnA> Acesso em 09 de junho de 2011.

⁷ Informações selecionadas de http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74847

aqui não tá sabendo. [...] Até digo mais. **A maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não tá sabendo.**

Utiliza termos (destacados em negrito por nós) que, ao serem analisados mais de perto, indicam o emprego da estratégia denominada diferenciação: eles (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.) e nós (os políticos contra os “eles”). Ao mesmo tempo, percebemos a estratégia de deslocamento, na qual “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa” (THOMPSON, 2007, p. 83). Os termos **galera** e **turma** são comuns de ser empregados por/para adolescentes. O emprego desses termos pode posicionar o “eles” num nível de imaturidade, rebeldia, de bagunça e desordem. A expressão **toda reunida** reforça a negatividade do “eles”, descredibilizando as ações das/dos “eles”.

Outra estratégia identificada nesse trecho é o da padronização (THOMPSON, 2007), na qual unifica-se as pessoas (“**100%** gays, lésbicas...”, “Essa turma **toda** reunida...”) num referencial padrão – são todos iguais. Por outro lado, ao afirmar que “tomaram decisões que esta casa aqui não tá sabendo”, a ênfase, que antes era a de padronizar o grupo, agora é dada as distinções entre dois grupos – a estratégia de diferenciação (THOMPSON, 2007) -, entre “nós” e “eles”, entre “esta casa” (a Câmara dos Deputados) e aquela “galera”, o primeiro em detrimento em relação ao segundo.

Padronizado o grupo da “galera” e “devidamente” diferenciado do que Bolsonaro chama “esta casa”, torna-se mais fácil construir “um inimigo retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo” (THOMPSON, 2007, p. 87) – o expurgo do outro. Se contrapormos o termo “galera” com “esta casa”, perceberemos que o discurso do Deputado serve para equiparar os “100% gays, lésbicas...” aos adolescentes, e para posicionar os congressistas como os maduros, os pais que sabem o que está certo ou errado.

Depois de apresentar o “maior escândalo” do país, de unificar o grupo a ser atacado e de demarcar as diferenças entre “nós” e “eles”, ele convoca não somente os companheiros da “casa”, mas também os pais dos alunos de escolas públicas que serão atingidos por esse “mal”. Mais uma vez, como sentinelas ou legião de soldados, convocam pessoas a lutarem pela mesma causa. E se “**A maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não tá sabendo**”, é preciso estar atento, vigiando a si mesmos, estar

sentinelas, como se os membros da Comissão fossem ingênuos e o “eles” estivesse anestesiando os mesmos.

Na sequência do discurso do deputado, novas estratégias ideológicas podem ser identificadas:

Atenção pais de alunos! De 7, 8, 9 e 10 anos da rede pública. Atenção pais. Os seus filhos vão receber no ano que vem na escola um Kit. Esse Kit tem o título: Combate à Homofobia. Mas na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo à promiscuidade. (TV CÂMARA, 2010, s/p.)

A chamada enfática aos pais é uma estratégia bem peculiar e familiar. Bolsonaro utiliza o afeto aos filhos para convencer as famílias a serem contra o Kit. Naturaliza e essencializa a homossexualidade potencializando alguns medos já circulantes na sociedade – medo da homossexualidade e da promiscuidade.

Acrescentando o sufixo “ismo” ao radical “homo”, ao invés de falar em homossexualidade, o deputado trata do assunto como um desvio, como uma doença. Nesse sentido, lembramos que em “Os Anormais”, Foucault (2000) traça a genealogia do “surgimento” da anormalidade a partir de elementos que sempre existiram. Dentre esses elementos, dois nos interessam para essa discussão: a construção do *monstro humano*, caracterizado pelo diferente, o anormal, o fora dos padrões, tendo como modelo de normalidade a ideia de perfeição “à imagem e semelhança de Deus”; e, conseqüentemente, o *indivíduo a corrigir*, com a criação de instituições e técnicas com o objetivo de enquadrar esse indivíduo na dita normalidade.

O discurso que associa o “homossexualismo” – enquanto um desvio, uma doença – à promiscuidade, reforçando representações hegemônicas⁸ negativas acerca de grupos minoritários e sexualidade, o que não é novidade. A representação é negativa quando ela serve para distorcer, contar mentiras, iludir e confundir” (JOVCHELOVITH, 2008, p.76). O

⁸ Estamos cientes da complexidade desse constructo teórico, o que foi discutido profundamente por Sousa e Villas Bôas (2011) ao tratarem da hipótese das representações sociais hegemônicas do trabalho docente, avisando-nos do “risco” em tratá-las como um fato universal e descontextualizado. É preciso cautela ao empregar esse constructo e salientar seu caráter histórico, de modo a não compreender hegemonia como cristalização e totalitarismo.

conjunto estereotípico “ismos-fobias” (racismo, homofobia, gordofobia, etc.) é um exemplo de representações sociais negativas que provocam sofrimento.

Representações dessa natureza já foram observadas com relação à epidemia do HIV/AIDS, especialmente quando as grandes mídias associaram aids à homossexualidade. Nesse momento se proliferaram discursos ligados a uma praga gay, a um “câncer gay” (LOURO, 2004), aumentando a discriminação, a intolerância e a violência frente a minorias sociais. A noção de “grupo de risco” foi logo colada a homens que faziam sexo com homens, o que “favoreceu o estigma de que esta doença estaria estritamente ligada à promiscuidade e ao pecado” (BOHM, 2009, p.25). Assim, podemos dizer que os discursos do deputado ancoram-se em velhos preconceitos, calcificando supostas verdades e reforçando certas representações hegemônicas negativas. Esses discursos interagem com outros discursos nas escolas (de pais, gestores, estudantes) propiciando práticas não-inclusivas.

Podemos especular que as representações hegemônicas negativas estejam muito próximas à concepção de ideologia crítica, já que Guareschi (2000) argumenta que a ideologia tem um caráter de fixidez acentuado, diferentemente das representações sociais. Quando identificamos representações hegemônicas, estamos sinalizando para algum elemento de fixidez também. Todavia, Guareschi também nos avisa que nos subterrâneos das representações sociais podemos “encontrar lastros duradouros e mais permanentes” (p.43). Quer dizer, ainda assim não podemos dizer que representações sociais hegemônicas sejam o mesmo que ideologia no sentido Thompsiano. Ainda é necessário analisarmos caso a caso.

Outro aspecto a ser observado é que o deputado adiciona a palavra “combate” ao título. Ao fazer isso, indica mais uma vez o caráter soldadesco no seu discurso. A relação entre guerra e o extermínio de minorias sociais, ou daqueles que são representados como “raça ruim, que deve morrer” já foi denunciada por Foucault (1999) e por Moscovici, quando escreve sua autobiografia (MOSCOVICI, 2005).

Ao falar sobre os materiais que constituem o “Kit”, o deputado fala apenas em DVDs que contêm duas “historinhas”, segundo informações colhidas na gravação do discurso do Deputado:

Primeira historinha: um garoto de mais ou menos 14 anos, de nome Ricardo, vai no banheiro fazer pipi, olha pro lado, o coleguinha tá fazendo também e ele se apaixona por esse colega. (...) Quando a professora o chama de Ricardo na sala de aula, ele se revolta, morde os beiços, com os seus trejeitos, e fala assim, e balbucia Bianca, meu nome é Bianca! E esse filme no final dá a seguinte lição de moral: esse

comportamento do Ricardo, ou da Bianca, passa a ser um comportamento exemplar para os demais alunos. (TV CÂMARA, 2010, s/p.)

E complementa com o outro “filmete” [SIC], sobre “duas meninas lésbicas” [SIC], de aproximadamente “13 anos de idade”, namorando:

E a grande discussão da nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias é a profundidade da língua que uma menina tinha que entrar na boca da outra menina! Dá pra continuar discutindo esse assunto? **Dá nojo! Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade!** (TV CÂMARA, 2010, s/p.)

O medo de contágio é muito antigo e está presente nas representações sobre minorias sociais, como já foi constatado em outros estudos (e.g., JODELET, 2005; JOFFÉ, 1995), sobre a loucura e a AIDS respectivamente. O que é problemático é o incitamento do medo de contágio por meio de discursos de atores sociais e políticos que têm a responsabilidade de prestar contas à sociedade como um todo, não excluindo os direitos das minorias. Quando esse incitamento ocorre, podemos afirmar que o discurso adquire um caráter ideológico no sentido crítico, reforçando relações de dominação sobre certas minorias: as minorias são dignas de nojo e assim se inverte o lugar de dominado e dominante. No discurso de Bolsonaro, são as minorias que dominam (violentam) as majorias, impondo suas ideias a elas. Aqui há uma confirmação da representação social das minorias como perigosas, como já foi apontado por Moscovici (2011; 1985).

Observa-se também, nos trechos citados, um modo de operação da ideologia denominado dissimulação, no qual “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção” (THOMPSON, 2007, p.83). Em primeiro lugar, o “Kit” é reduzido a “duas historinhas”, ocultando os demais materiais que compõem o “Kit Escola Sem Homofobia”. Salienta-se, ainda, que o uso do diminutivo é uma forma de linguagem que pode, neste caso, reforçar a depreciação e caracterizar a infantilização do alvo que se quer atingir.

O Projeto Escola Sem Homofobia teve como principais resultados a criação de dois produtos específicos. O primeiro é um conjunto de recomendações elaborado com o intuito de revisar, formular e implementar políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia. Essas recomendações foram baseadas nos resultados de duas atividades: a realização de cinco seminários, um em cada região do Brasil, com a participação de profissionais da educação, gestores e representantes da sociedade civil, com o objetivo de

obter um perfil da situação da homofobia nas escolas; e a realização de uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais das 5 regiões do país, envolvendo 1406 participantes (ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais et al., 2011).

O segundo é a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de uma maneira mais consistente nos contextos educativos. Essa estratégia compreende: a) a criação de um Kit de material educativo - composto de um caderno (que traz conteúdos teóricos, conceitos básicos e sugestões de dinâmicas/oficinas práticas para o educador trabalhar o tema da homofobia), uma série de seis boletins (destinados aos estudantes, cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia), três audiovisuais com seus respectivos guias (DVD Boneca na Mochila, DVD Medo de que?, e o Audiovisual Torpedo, que reúne três histórias que acontecem no ambiente escolar: Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade), um cartaz e cartas de apresentação para o/a gestor/a e para os educadores (ABGLT et al., 2011).

O projeto foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Todas as etapas do projeto foram discutidas, acompanhadas e apoiadas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC/SECAD (ABGLT et al., 2011).

Todas essas informações sobre o “Projeto Escola Sem Homofobia” foram deliberadamente ocultadas e o projeto foi reduzido à denominação “Kit Gay”, aqui novamente ocorrendo a estratégia de deslocamento (THOMPSON, 2007), tendo em vista que o termo “Gay”, em determinadas ocasiões, é ainda considerado como uma espécie de xingamento, sendo uma palavra carregada de conotação negativa. Ao deslocar a expressão “Escola Sem Homofobia” e substituí-la pelo termo “Gay”, esse produto do projeto citado traz consigo a conotação pejorativa do termo, “confirmando” a ideia do deputado de que o “Kit gay” tem como objetivo “aliciar nossas crianças”.

Observa-se, ainda, que no espaço temporal entre a instalação da Comissão de Educação e a divulgação do Kit pouco se produziu por parte das Bancadas Religiosas. Por que eles não se posicionaram durante o processo de construção do Kit? A opacidade

dessas Bancadas colabora com a estratégia do expurgo do outro, pois os colocam no papel de vítimas, de “traídos” pela Comissão de Educação.

Constatamos também a dissimulação (THOMPSON, 2007) na descrição das “historinhas”. Basta assistir os materiais audiovisuais do Kit para desmitificar o discurso: no primeiro vídeo citado, Ricardo não vai ao banheiro “fazer pipi, olha pro lado, o coleguinha tá fazendo também e ele se apaixona por esse colega”. Ricardo, que se reconhece como Bianca, nem sequer entra no banheiro, pois é proibida de entrar no banheiro feminino da escola. E também não se apaixona por colega algum. A história de Bianca é uma história de busca por respeito e reconhecimento. Em relação ao segundo vídeo citado por Bolsonaro, não há “beijo lésbico” e não há “moral da história”: a preocupação é da ordem da ética, do bem viver, do respeito mútuo, e não da ordem da imposição moralista, como é o caso do discurso analisado.

Por fim, Bolsonaro afirma que “essa história de homofobia é uma história de cobertura, para aliciar a garotada” e conclui seu discurso inflamado dizendo que “se um garoto tem um desvio de conduta, logo jovem, ele tem que ser redirecionado pro caminho certo, nem que seja com umas palmadas! Me acusam de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras!” (TV CÂMARA, 2010, s.p.).

Ainda, ao se referir à homossexualidade como algo que “dá nojo”, igualá-la à promiscuidade e canalhice com as famílias brasileiras e afirmar que essa “história de homofobia” é uma “história de cobertura, para aliciar a garotada”, o Deputado Federal Jair Bolsonaro mostra como representa a homossexualidade e vitriniza seus sentimentos homofóbicos (o conceito de homofobia será discutido adiante). O problema disso é que representações não são simplesmente discursos; elas se expressam na prática - isto é, se expressam em comportamentos e atitudes homofóbicos.

Em uma pesquisa realizada pela UNESCO (2004) em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras, constatou-se que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega homossexual e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimentos suficientes para trabalhar com esse tema em sala de aula. Outra pesquisa, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009), com uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários de escolas, revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual. E, por fim, uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2009) indicou que 92% da população reconheceram que existe preconceito contra LGBT (Lébricas, gays, Bissexuais e

Travestis) e que 28% reconheceram e declararam o próprio preconceito, percentual este cinco vezes maior que o preconceito contra negros e idosos.

Nos discursos dos senadores da CPI da Pedofilia, no Senado Federal (março de 2008 e dezembro de 2010), a “pedofilia” aparece como um “crime”, uma “tara”, um “vício” e uma “chaga”, e os “pedófilos” como “criminosos desgraçados”, “compulsivos”, “insaciáveis” e “monstros”. (...) a pedofilia é 5% de doença e 95% de safadeza” (LOWENKRON, 2011, p.6). Se são monstros e safados são também indivíduos a corrigir! Se alguém “tem um desvio de conduta” [especialmente “desvio sexual”], ele deve ser “redirecionado pro caminho certo, nem que seja com umas palmadas”. Assim, um discurso dramático e moralista serve de justificativa a viver na contemporaneidade sob táticas de séculos passados - palmadas, agressões com lâmpadas de luz, e outras formas de correção de indivíduos anormais.

Enfim, as estratégias ideológicas identificadas nessa análise preliminar evidenciam o reforço de representações hegemônicas negativas via discurso de Jair Bolsonaro. A pessoa que expressa ou deseja expressar a homossexualidade é representada como um *monstro humano* e um *indivíduo a ser corrigido*, para recorrer a expressões utilizadas por Foucault (2000). O homossexual, nesse discurso, é representado como um monstro porque usa como pretexto “essa história de homofobia” para fazer uma “história de cobertura”, com o intuito de aliciar as crianças com o “tal Kit gay”. A noção de “homossexualismo” associado ao “aliciamento de crianças” nos remete ao conceito de sexo como um “instinto natural”, que age como uma força e energia absolutamente avassaladoras, exigindo satisfação imediata (KRAFFT-EBING, 1931). Trata-se de um “essencialismo” sexual – o “homossexualismo” define a essência de quem é afetado por ele. Essas pessoas acabam sendo representadas como “perversas” e precisam ser observadas e controladas. Portanto, podemos assumir que o discurso do deputado é ideológico e (re)produz relações de violência à medida que iguala o homossexual ao pedófilo, considerado desumano, um monstro na sociedade.

- **2º Momento: O veto da presidente e a proibição de “fazer propaganda de opções sexuais”**

No dia 26 de maio de 2011, a Presidente Dilma Rousseff concedeu uma entrevista à mídia no Palácio do Planalto. Nessa entrevista, Dilma afirma que o governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas, contudo “não vai ser permitido a

nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” e justifica a decisão afirmando que “nós não podemos interferir na vida privada das pessoas”⁹.

Em um trabalho realizado por Junqueira (2009), no qual analisa uma série de argumentos e de artifícios retóricos de agentes públicos para se justificar a não adoção de medidas de reconhecimento da diversidade sexual e de enfrentamento da homofobia nas escolas, encontramos a negação (literal, implícita ou interpretativa) como uma estratégia predominante nos discursos. No primeiro momento de nossa análise, partimos de uma negação literal da questão da homofobia no discurso do Deputado Jair Bolsonaro: o problema não existe, é uma invenção para que os “homossexuais” possam “aliciar” as crianças, trata-se de uma “história de cobertura”. Agora, ao afirmar que “não podemos interferir na vida privada das pessoas”, o discurso da Presidente Dilma é construído a partir de uma “negação interpretativa”, não explícita.

O que seria a “vida privada das pessoas”, a homossexualidade ou a homofobia? Muitos ainda acreditam que a homossexualidade é uma escolha privada, que deve ser respeitada e vivida dentro do ambiente doméstico. Dessa forma, para ser “tolerada”, ela “*não deve* adquirir visibilidade pública, ser objeto de reconhecimento social, gerar direitos ou merecer a atenção do Estado”, mas o curioso é o fato de que “muitos que insistem no caráter privado da homossexualidade, com certa frequência, podem ser os mesmos que advogam pela obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas” (JUNQUEIRA, 2009, p.180).

A justificativa de “não interferir na vida privada das pessoas” é dada para a decisão de proibir qualquer órgão do Governo de fazer “propaganda de opções sexuais”. Entendemos a propaganda como um tipo de comunicação baseado em uma argumentação cuja finalidade é convencer o telespectador/receptor. Propaganda deriva de propagar e significa “qualquer forma de divulgação de uma ideia, filosofia, conjunto de valores, com a intenção de informar e persuadir determinado público-alvo, levando-o à adoção ou adesão a tal ideia ou filosofia” (GUARESCHI ET AL., 2008, p.571). Então, fazer “propaganda de opções sexuais” é tornar público aquilo que deveria permanecer no âmbito privado.

Podemos pensar um pouco além: a presidente vetou o projeto para impedir que se divulgasse uma filosofia ou conjunto de valores a respeito da *homofobia*. E não da homossexualidade ou do “homossexualismo” como sugeriu Bolsonaro. A intenção era a de

⁹ Esse vídeo está disponível no link https://www.youtube.com/watch?v=_oL3Jc1QBZA Acesso em: 20 nov. 2017.

informar um determinado público-alvo, alunos de escolas públicas, sensibilizando-os para a questão da homofobia e das dificuldades vividas por aqueles que são homossexuais. Mas tudo isso foi reduzido à “propaganda de opções sexuais”, como se o projeto tivesse como objetivo mostrar aos alunos o *menu* de opções sexuais disponíveis para escolha.

Esse posicionamento acrítico da presidente desconsidera totalmente o que Sedgwick (2007) chama de “Epistemologia do Armário”, na qual o ato de “sair do armário” significa um processo de reconhecimento dos sentimentos homoafetivos, diferente do culturalmente esperado para o seu sexo biológico. Segundo a autora, o movimento de *Stonewall*¹⁰ trouxe consigo a promessa de que a revelação de uma identidade homossexual geraria uma grande libertação da opressão vivida por essas pessoas. Contudo,

Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte das pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. (...) O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (SEDGWICK, 2007, p.22).

Nessa direção, “sair do armário” implica sempre em negociações e posições de sujeito. E nem sempre a revelação para familiares e pessoas próximas significa uma liberação, pois, a cada revelação, “novos armários são erigidos” (SEDGWICK, 2007, p.22). Portanto, o “sair do armário” não é apenas uma questão de cunho privado que pode implicar sofrimento para o sujeito que se revela, mas é também uma negociação política exercida cotidianamente. A escola, segundo Guacira Lopes Louro (2010), é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que ocorra essa negociação política que é o “sair do armário”, pois

Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (p.30).

¹⁰ A Rebelião de Stonewall foi um conjunto de episódios de conflito violento entre gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e a polícia de Nova Iorque que ocorreram em Junho de 1969, que iniciou com uma “batida” policial no bar Stonewall Inn. Stonewall foi um marco por ter sido a primeira vez que um grande número do público LGBT se juntou para resistir aos maus tratos da polícia para com a sua comunidade e é considerado um catalisador dos movimentos modernos em defesa dos direitos civis LGBT.

Mas a presidente complementa seu discurso afirmando que “o Governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você. Isso, eu não concordo com o Kit. Não, porque eu não acho que faça a defesa de práticas não homofóbicas” (TV CÂMARA, 2011, s.p). Ela não concorda com o material do Kit, e diz ainda que esta é uma questão que o Governo precisa “revisar”. Mas quando é questionada por uma repórter sobre quando se discutirá e se revisará esta questão, a presidente responde: “Minha querida, o futuro a Deus pertence!”. Trata-se do “apelo ao senso de oportunidade”, apontado por Junqueira (2009), no qual “o futuro é eternamente adiado e a tarefa, confiada ao ‘tempo natural das coisas’, às gerações vindouras” (p.183) e, nesse caso, a tarefa é confiada a Deus. Colocar a responsabilidade em Deus está em plena sintonia com os discursos das bancadas católicas e evangélicas, como veremos no próximo momento.

Por fim, é importante lembrar que a Presidente da República tenha tomado tal posicionamento com relação ao Kit sem conhecer o material proposto no projeto: “Eu não assisti os vídeos todos, há um pedaço que eu vi na televisão, passado por vocês, eu não concordo com ele”, afirma Dilma no vídeo. Qual é a responsabilidade ética de atores políticos ao propagarem suas ideias ao povo? Como é possível um ator político tecer afirmações sobre um projeto sem de fato conhecer o projeto na íntegra? Qual sua responsabilidade, enquanto presidente, frente às escolas, aos estudantes que sofrem cotidianamente devido às violências de gênero, a não poderem se expressarem e expressarem sua identidade sexual?

Com base na identificação das representações acerca da homossexualidade presentes nos discursos tanto do deputado quanto da ex-Presidenta do Brasil, bem como nas estratégias discursivas ideológicas propagadas por estes atores, podemos concluir que essas representações e discursos possivelmente contribuíram para que o projeto fosse vetado.

- **3º Momento: Uma vitória dos católicos e evangélicos contra “o monstro”:
naturalização da heteronormatividade e da homofobia**

No mesmo dia 26 de maio de 2011 (horas depois do discurso da então Presidente Dilma) em Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Jair Bolsonaro volta a se pronunciar sobre o tema, mas dessa vez para comemorar a “vitória”

de sua “guerra” (TV CÂMARA, 2011)¹¹, já que o Projeto Escola Sem Homofobia havia sido vetado pela Presidente. O deputado cumprimenta a presidente “por ter **lançado na lata do lixo** o que nós chamamos de Kit Gay”, todavia faz um alerta aos companheiros: “antes de agradecer à bancada Católica, à bancada Evangélica, entre outros preocupados com a família, com os bons costumes, né, dizer que o **monstro ainda** não foi devidamente, **não está devidamente morto**” (TV CÂMARA, 2011, s/p.). Ao falar que o monstro ainda não está devidamente morto, Bolsonaro se refere a outros projetos envolvendo diversidade sexual nas escolas. Jogou-se na lata do lixo o Projeto Escola Sem Homofobia e a luta segue para que outros projetos dessa natureza também sejam descartados.

Outra estratégia ideológica é digna de análise: a naturalização. A naturalização ocorre quando “um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais” (THOMPSON, 2007, p.88). Por meio dessa estratégia, a sociedade acaba por atuar em perspectivas heteronormativas, compreendendo as práticas e relações heterossexuais como “dadas, compulsórias e naturais, e onde algumas características são desejadas, esperadas e ensinadas para os dois únicos gêneros compreendidos na lógica binária feminino/masculino” (BOHM, 2009, p. 18).

Ou seja, tudo o que escapa à lógica binária feminino/masculino e da heteronormatividade é considerado estranho, anormal. E é justamente nesse sentido que as estratégias ideológicas presentes nesses discursos podem estar colaborando no estabelecimento e/ou manutenção de relações de dominação, pois isso inviabiliza a conquista de direitos e o reconhecimento dos homossexuais como qualquer outro cidadão.

Portanto, dois conceitos nos são fundamentais nesta análise, já que eles são naturalizados nos discursos ao invés de serem considerados como construções sócio-culturais: a heteronormatividade e a homofobia. Para abordar a heteronormatividade, precisamos pensar em dois termos que comumente são aplicados de maneira universal: a “heterossexualidade” e a “homossexualidade”. Weeks (2010) nos indica que esses termos foram inventados e que são sinais de mudanças mais amplas na sociedade, sendo crucial para a delimitação e definição moderna da sexualidade.

Nesse sentido, “uma definição mais aguda de ‘heterossexualidade’ como sendo a norma foi forçada precisamente pela tentativa de definir a ‘homossexualidade’, isto é, a

¹¹ O vídeo, intitulado “Bolsonaro agradece as bancadas Evangélica e Católica por ajudarem a jogar no Lixo o Kit Gay” foi acessado através do link http://www.youtube.com/watch?v=rVwq_Y1F_ow

forma ‘anormal’ da sexualidade” (WEEKS, 2010, p.61). Seguindo o mesmo autor, os dois termos foram cunhados por Karl Kertbeny em 1869, como uma tentativa de colocar na pauta política da Alemanha a questão da reforma sexual, em particular, a revogação das leis antissodomitas. Entretanto, em vez da homossexualidade ser descrita como uma variante benigna da normalidade, como pretendia Kertbeny, ela se tornou nas mãos de sexólogos como Krafft-Ebing (1931) uma descrição médico-moral e patológica.

Sobre a invenção dos termos “heterossexualidade” e “homossexualidade”, Weeks (2010) ainda pondera que

Não estou argumentando, obviamente, que o que conhecemos hoje como atividade heterossexual ou homossexual não existisse antes do século XIX. A verdadeira questão é mais sutil: o modo como a atividade sexual é conceptualizada, e conseqüentemente dividida, tem uma história e uma história que importa. A discussão sobre termos, no final do século XIX, assinala um novo esforço para redefinir a norma. Uma parte importante desse processo centrava-se na definição do que constitui a anormalidade. Os dois esforços – a redefinição da norma e a definição do que constitui anormalidade – estão inextricavelmente ligados. (p.63)

Esse esforço de redefinir a norma e a anormalidade fez com que a sexologia tomasse para si duas tarefas distintas no final do século XIX. A primeira tarefa consistia em definir as características que constituem a masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características que distinguem os homens das mulheres, biologicamente falando. A segunda tarefa era a de catalogar a variedade de práticas sexuais e produzir uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser facilmente distinguidos (PAIVA, 2008; VANCE, 1995).

Ao catalogar a variedade de práticas sexuais e estipular o normal, a heterossexualidade (pensada invariavelmente no singular) acabou sendo representada, instituída e vivenciada como a única possibilidade legítima (e natural) de expressão identitária e sexual – é o que se denomina de heteronormatividade (JUNQUEIRA, 2007). A partir da institucionalização da heterossexualidade como norma, as homossexualidades tornam-se desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado, etc. Nessa direção, mais do que a homofobia, mas sem dela se dissociar,

A heteronormatividade, ao se relacionar à produção e à regulação de subjetividades e relações sociais, parece chamar mais a atenção para os nexos entre um conjunto de eixos que atuam na construção, legitimação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilos de vida e relações de poder (JUNQUEIRA, 2007, p.10).

A heteronormatividade, ao legitimar e hierarquizar corpos, identidades e práticas sexuais, acaba definindo aquilo que Gayle Rubin (1984) chama de “sexo bom” e “sexo ruim”. O “sexo bom” é o normal, natural, saudável e suas práticas são heterossexuais, dentro de um casamento monogâmico, com fins de reprodução. Já o “sexo ruim” é o anormal, “não-natural”, doente e corresponde às práticas sexuais dos travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, entre outros. Como uma prática é considerada boa e a outra ruim, legitima-se e justifica-se os sentimentos hostis, como aversão, desprezo, ódio, desconfiança ou medo em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Assim, seriam indícios de homofobia “o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo” (JUNQUEIRA, 2007, p.4).

Ao buscar conferir outra espessura para o conceito de homofobia, que não essa atrelada ao discurso clínico, a tônica deixa de ser posta na “fobia”, enfatizando situações e mecanismos sociais relacionados a preconceitos, discriminações e violências contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, seus comportamentos e estilos de vida (JUNQUEIRA, 2007). Com essa abertura do conceito, a homofobia passa a ser concebida como fator de restrição de direitos de cidadania, educação, saúde, trabalho, segurança e direitos humanos.

Vemos, portanto, que os discursos do Deputado Jair Bolsonaro evidenciam explicitamente sentimentos homofóbicos, e o discurso da Presidente Dilma implicitamente negando a homofobia. No entanto, as posições discursivas essencialistas de ambos, ainda que talvez não sejam intencionais por parte deles, funciona como um regulador das relações sociais entre os sexos e implicam a (re)produção discursiva da heterossexualidade compulsória, excluindo outros sentimentos e desejos que não sejam os heterossexualizados (BUTLER, 2003). As normas de gênero operam aí com toda sua força, mostrando que a homofobia age e produz efeitos sobre todos os indivíduos, homossexuais ou não, mulheres e homens. Portanto, podemos, a partir desta análise, destacar três discursos que compõem o dispositivo moderno da sexualidade: a heteronormatividade, a homofobia e as normas de gênero. Os três discursos são interdependentes e complementares e, como demonstrado neste artigo, são interligados a certas representações hegemônicas e a certas estratégias ideológicas.

Considerações Finais

Nosso objetivo neste artigo não foi o de analisar e/ou avaliar a qualidade do “Kit Escola Sem Homofobia”, mas analisar as estratégias ideológicas subjacentes aos discursos de atores políticos no contexto do “Kit Escola Sem Homofobia”. Como destacamos no decorrer deste artigo, são inúmeras as estratégias ideológicas presentes nos discursos que dizem respeito ao Kit. Essas estratégias não operam isoladamente, mas em conjunto e estão fortemente enraizadas em representações hegemônicas negativas.

Entendemos que há uma estratégia de construção simbólica que perpassa todo o discurso veiculado: a naturalização. Já estão tão arraigadas em nossos discursos e práticas as representações sociais de sexualidade como essência, como algo intrinsecamente biológica, que não nos damos conta dos discursos que se atravessam nesse debate e que estas representações constroem práticas no cotidiano escolar. Nesse sentido é que podemos dizer que as representações sociais, no caso analisado, são ideológicas.

São essas e outras questões que têm nos movimentado e mobilizado a pensar no assunto e nos leva a expressar, aqui, a nossa concordância com as manifestações de repúdio ao veto do Kit e apoiar incondicionalmente a Nota de Repúdio da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul (CRPRS, 2011). Lembramos ainda que o Kit

foi avaliado pelo Conselho Federal de Psicologia, pela UNESCO e pelo UNAIDS, e teve parecer favorável das três instituições. Recebeu o apoio declarado do CEDUS – Centro de Educação Sexual, da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e foi objeto de uma audiência pública promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, cujo parecer também foi favorável. (online)

Ao assistir os vídeos do Kit e entrar em contato com o material do Projeto Escola Sem Homofobia podemos escolher entre compreender o tema sob um prisma do moralismo religioso-cristão e fundamentalista (como fez o Deputado, seus companheiros e centenas de pessoas que postaram comentários online louvando a iniciativa do Deputado) ou sob o prisma da ética, de uma ética do cuidado e do respeito pelas diferenças. Optamos pela segunda via. Essa escolha nos parece ainda mais fundamental em tempos de intolerância à diversidade sexual e às discussões sobre gênero nas escolas. Intolerância ainda é uma palavra “fraca” para expressar as representações sociais à população LGBTTT. Morte, assassinato, tortura são palavras que estão no centro dessas representações.

Esse debate sobre o “Kit Escola sem homofobia” se atualiza nos empreendimentos em torno do Projeto “Escola sem partido”. Sob o argumento, muito semelhante aos apresentados pelo deputado supracitado, de que as crianças são doutrinadas a partir de uma ideologia (no seu sentido mais amplo, como um conjunto de ideias) de esquerda, marxista. Essa “doutrinação” vem sendo “combatida” por movimentos, partidos e políticos muito próximos do que foi com o “Kit Escola sem homofobia”. Trazer ao público outras discussões, outras palavras, outras visibilidades sobre as ideologias que subjazem aos discursos de atores públicos. Diálogo permanente que deve ser feito em conjunto com atores do governo, sociedade civil, pais e mães, estudantes e professores. Precisamos questionar as representações sociais acerca das minorias e nos perguntar a quem elas servem, tendo como norte a pergunta: Que escola queremos para **todos** nós?

Para finalizar, salientamos algumas vias possíveis para novos estudos, que, em certa medida, estão relacionadas às carências de nosso estudo. Seria importante mapear profundamente o conjunto de representações sociais que produz práticas no contexto escolar que impedem ou dificultam a diversidade sexual nas escolas. Nesse sentido, sugere-se estudos que investiguem as representações sociais de professores, gestores e alunos etnográficos sobre sexualidade e família, bem como o que pensam sobre o Kit. Como o Kit não foi efetivado nas escolas, outra possibilidade de pesquisa seria levar aos pais dos estudantes, o material do Kit e propor uma discussão crítica sobre ele. Investigar em diferentes contextos escolares, especialmente porque a hipótese das representações hegemônicas, como salientou Campos (2013) nos confronta ao problema da homogeneidade suposta do “grupo social” chamado, “os professores” e, acrescentamos, do grupo-alunos, do grupo-escola e de tantos outros grupos supostamente homogêneos que nosso pensamento e práticas podem criar.

Referências

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Pathfinder do Brasil; ECOS - Comunicação em Sexualidade. Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva et al. *Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia*. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direitos-sexuais-e-reprodutivos/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/projeto-escola-sem-homofobia/nota-oficial-sobre-o-projeto-escola-sem-homofobia> Acesso em: 29 jun. 2017.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRAGA, C. F. A tipologia das representações sociais e os atos comunicativos: o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol (2005-2009). *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura*, Ano VII, n. 35, 57-69, 2011. Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/downloads/2011/06/Artigo6.pdf> Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL. *Nota Oficial sobre o Projeto Escola sem Homofobia*. Brasília: Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, s.d. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direitos-sexuais-e-reprodutivos/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/projeto-escola-sem-homofobia/nota-oficial-sobre-o-projeto-escola-sem-homofobia> Acesso em: 29 jun. 2017.

BOHM, A. M. *Os “Monstros” e a Escola*: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. Orientadora: Jane Felipe de Souza. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado UFRGS, 2009.

BUTLER, J. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15-60.

CAMPOS, P. H. F.. A Hipótese das Representações Sociais Hegemônicas do Trabalho Docente. *Educação e Cultura Contemporânea*, v. 10, p. 60-78, 2013. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/777/402> Acesso em: 19 nov. 2017.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CRPRS. Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Direitos Humanos. *Nota de Repúdio*. 2011. Disponível em: http://www.crprs.org.br/noticias_internas.php?idNoticia=1222 Acesso em: 29 jun. 2017.

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio*. Curitiba: Ed. Positivo, 7ª Ed., 2008.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. 2009. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php> Acesso em: 29 jun. 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, 11ªed.

_____. *Os Anormais*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais*. 2009. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php> Acesso em: 29 jun. 2017.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARESCHI, P. A., ROMANZINI, L. P., & GRASSI, L. B. A “mercadoria” informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. *Paidéia*, 18 (41), 567-580, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a12.pdf> Acesso em: 29 jun. 2017.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517> Acesso em: 19 nov. 2017.

JODELET, D. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOFFE, H. Social representations of AIDS: towards encompassing issues of power. *Papers on social representations*, 4 (1). pp. 29-40,1995.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas*, Natal-RN, v.1, n.1, jul./dez. 2007.

_____. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Bagoas*, Natal-RN, n.4, p.171-189, 2009.

KRAFFT-EBING, R. V. *Psychopathia Sexualis*. Nova York: Physicians and Surgeons Book Company, 1931.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade (p.07-34). In: LOURO, G. L. (Org.). *O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 3ªed., 2010.

LOWENKRON, L. *Todos contra a pedofilia – Notas sobre a construção da pornografia infantil como “causa política” e “caso de polícia”*, 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/10_5_2011_14_59_50.%20Todos%20contra%20a%20Pedofilia%20-%20RAM%202011.pdf Acesso em: 29 jun. 2017.

- MOSCOVICI, S. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOSCOVICI, S. *Crônica dos anos errantes*. Narrativa autobiográfica. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- MOSCOVICI, S. *La era das multitudes*. Un tratado histórico de psicología de las masas. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MOSCOVICI, S. *Psicologia das Minorias Ativas*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. A. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 125-147, June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Nov. 2017.
- MOVIMENTO SENTINELA. *Movimento Sentinela*, 2011. Google Groups. Disponível em: movimentosentinela@googlegroups.com Acesso em: 29 jun. 2017.
- PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicol. Estudo*, vol.13, n.4, p.641-651, 2008.
- PETIÇÃO PÚBLICA. *Abaixo-assinado Somos contra o maior escândalo deste País, o KIT GAY*. S.l, S.d. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=PROL> Acesso em: 20 nov. 2017.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I.M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*, pp.76-97. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RUBIN, G. Thinking Sex: notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. (pp.217-319). In: VANCE, C. *Pleasure and danger*. Boston: Routledge, 1984.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I, Número 1,- Julho de 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf> Acesso em: 19 nov. 2017.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cad. Pagu* [online], n.28, pp.19-54, 2007.
- SOUSA, C. P; VILLAS BÔAS, L. P. S. A teoria das representações sociais e o estudo do trabalho docente: os desafios de uma pesquisa em rede. *Diálogo Educacional*, v.11, n.33, p.271-286, 2011.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TV CÂMARA. *Deputado Federal Jair Bolsonaro – Sessão Extraordinária da Câmara de Deputados*. 2010.

TV CÂMARA. *Deputado Federal Jair Bolsonaro* – Sessão Extraordinária da Câmara de Deputados. 2011.

UNESCO. *Juventudes e Sexualidade*. 2004. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php> Acesso em: 30 mai. 2017.

VANCE, C. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-31, 1995.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 3ªed., 2010.

Submetido em 29/06/2017, aprovado em 05/12/2017.